

**A CRÍTICA – COTIDIANO – 19 DE ABRIL DE 2018**

REAJUSTE

## Sinduscon-AM fecha reajuste de 2,55% com trabalhadores da construção civil

Acordo vale até 30 de junho deste ano, quando começa a ser discutido o novo Dissídio Coletivo. Alguns itens das cláusulas da Convenção Coletiva Trabalhista (CCT) ainda serão julgados pelo TRT11

18/04/2018 às 21:43



Foto: Reprodução/Internet

VEJA TAMBÉM



## **acritica.com\***

Manaus (AM)

O Sindicato da Indústria da Construção Civil do Amazonas (Sinduscon-AM) assinou acordo com o Sindicato dos Trabalhadores de Montagem e Indústria da Construção Civil do Amazonas (Sintracomec-AM), durante reunião no Ministério Público do Trabalho (MPT), nesta quarta-feira (18). Com o acordo, a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT 2017/2018) prevê 2,55% de reajuste sobre a mão de obra.

O acordo é parcial, já que alguns itens das cláusulas da CCT ainda serão julgados pelo Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região (TRT11). “São aproximadamente 90 cláusulas. Desse total, 65 já foram acordadas. As demais ficarão para o TRT julgar”, destaca o presidente da Comissão Política e Relações de Trabalho do sindicato patronal, Jose Carlos Paiva.

Conforme Paiva, o acordo vale até 30 de junho deste ano, quando começa a ser discutido o novo Dissídio Coletivo. “A greve feita nos últimos dias não terá prejuízo para os trabalhadores, porque os empresários irão pagar os dias não trabalhados. Mas, ficou definido que não haverá novas paralisações nos canteiros até sair a decisão do TRT. Se o acordo for quebrado, haverá descontos”, afirma.

O índice de 2,55% de reajuste é sobre a mão de obra das funções relacionadas ao trabalho na construção civil. De acordo com o presidente do Sinduscon-AM, Frank Souza, o percentual deve ser aplicado sobre os salários dos trabalhadores desde junho de 2017, período em que começaram as discussões em torno da CCT que está sob análise no TRT11.

“Mesmo antes do acordo, nós já havíamos emitido um documento, orientando as empresas sobre o reajuste de 2,55%. A partir desta quarta-feira, esse índice passa a ser obrigatório. As empresas que não considerarem a recomendação, terão que pagar os valores retroativo a junho/2017”, explica Souza.

O presidente do sindicato afirma, ainda, que a entidade não retirou direitos conquistados pelos trabalhadores. Segundo Souza, todas as assistências estão mantidas, incluindo os serviços médico-odontológicos oferecidos por meio do braço social da instituição – o Serviço Social da Indústria da Construção Civil de Manaus (Seconci Manaus).

“Todos os benefícios adquiridos pelos trabalhadores, como vale transporte, cesta básica e assistência social através do Seconci, estão mantidos. Tudo continua inalterado. A categoria empresarial nunca quis retirar direitos, apenas quer adequar a nova convenção à reforma trabalhista”, enfatiza.

Souza destaca que a força do coletivo tem trazido benefícios ao setor. “Esperamos que as empresas consigam seguir a convenção, e que a cada dia se formalizem, uma vez que decisões coletivas tendem a ter um resultado único e positivo para o setor”, afirma o presidente do Sinduscon-AM.

\*Com informações da assessoria de imprensa.

## Após protestos, trabalhadores da construção civil aceitam reajuste de 2,55%

A proposta apresentada pelo Sinduscon-AM mantém os benefícios de vale-transporte e cesta básica. Manifestações pela capital acontecem desde o último dia 13

Sofia Lorrane e Assessoria / redacao@diarioam.com.br



**Manaus** – Após uma série de manifestações, o Sindicato dos Trabalhadores de Montagem e Indústria da Construção Civil do Amazonas (Sintracomec-AM) aceitaram a proposta do Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Amazonas (Sinduscon-AM), de reajuste de 2,55%. O acordo mantém os benefícios de vale-transporte e cesta básica.







A manifestação aconteceu na Avenida Djalma Batista (Foto: Divulgação/Édria Caroline)

A reunião aconteceu nesta quarta-feira (18), na sede do Ministério Público do Trabalho (MPT), na Avenida Mário Ypiranga, bairro Flores, zona centro-sul de Manaus. Os trabalhadores da construção civil paralisaram pontualmente as atividades no último dia 13 de abril, quando iniciaram as manifestações.

De acordo com o presidente do Sintracomec-AM, Cícero Custódio, o acordo beneficiou os dois lados, trabalhadores e empresas. “Tivemos o aumento, não será retirado o vale-transporte, nem a cesta básica e também não vão ser descontados os dias que paramos. Foi uma vitória, a gente só consegue alguma coisa se fizermos movimentos como os que fizemos”, disse, acrescentando que, inicialmente, a categoria pedia 6% de reajuste.

Na manhã desta quarta-feira (18), os trabalhadores fizeram uma **manifestação pacífica, na Avenida Djalma Batista**, zona centro-sul. O ato contou com o apoio da Polícia Militar e de agentes do Instituto Municipal de Engenharia e Fiscalização de Trânsito (Manaustrans).

### **Sindicato patronal diz que o acordo é parcial**

O acordo é parcial, segundo o Sinduscon, já que alguns itens das cláusulas da CCT ainda serão julgados pelo Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região (TRT11). “São aproximadamente 90 cláusulas. Desse total, 65 já foram acordadas. As demais ficarão para o TRT julgar”, destaca o presidente da Comissão Política e Relações de Trabalho do Sinduscon, Jose Carlos Paiva.

Conforme Paiva, o acordo vale até 30 de junho deste ano, quando começa a ser discutido o novo Dissídio Coletivo. “A greve feita nos últimos dias não terá prejuízo para os trabalhadores, porque os empresários irão pagar os dias não trabalhados. Mas, ficou definido que não haverá novas paralisações nos canteiros até sair a decisão do TRT. Se o acordo for quebrado, haverá descontos”, afirma.

O índice de 2,55% de reajuste é sobre a mão de obra das funções relacionadas ao trabalho na construção civil. De acordo com o presidente do Sinduscon-AM, Frank Souza, o percentual deve ser aplicado sobre os salários dos trabalhadores desde junho de 2017, período em que começaram as discussões em torno da CCT que está sob análise no TRT11.

“Mesmo antes do acordo, nós já havíamos emitido um documento, orientando as empresas sobre o reajuste de 2,55%. A partir desta quarta-feira, esse índice passa a ser obrigatório. As empresas que não consideraram a recomendação, terão que pagar os valores retroativo a junho/2017”, explica Souza.

O presidente do sindicato afirma, ainda, que a entidade não retirou direitos conquistados pelos trabalhadores. Segundo Souza, todas as assistências estão mantidas, incluindo os serviços médico-odontológicos oferecidos por meio do braço social da instituição – o Serviço Social da Indústria da Construção Civil de Manaus (Seconci Manaus).

“Todos os benefícios adquiridos pelos trabalhadores, como vale transporte, cesta básica e assistência social através do Seconci, estão mantidos. Tudo continua inalterado. A categoria empresarial nunca quis retirar direitos, apenas quer adequar a nova convenção à reforma trabalhista”, enfatiza.

Souza destaca que a força do coletivo tem trazido benefícios ao setor. “Esperamos que as empresas consigam seguir a convenção, e que a cada dia se formalizem, uma vez que decisões coletivas tendem a ter um resultado único e positivo para o setor”, afirma o presidente do sindicato patronal.

*\*\*Atualizada às 21h02 para acréscimo de informações.*

## Corecon entra com ação contra esvaziamento da Seplancti

Entidade quer barrar no MP-AM e no MPF decreto do governo do Estado que transfere gestão de incentivos para Sefaz

Da Redação / redacao@diarioam.com.br



**Manaus** – O Conselho Regional de Economia (Corecon-AM) ingressou, nesta quarta-feira (18), com representação nos Ministérios Públicos do Amazonas (MP-AM) e Federal (MPF) para tentar revogar o **Decreto Estadual nº 38.859, de 11 de abril de 2018**, que transfere unidades da estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (Seplancti), como o setor de incentivos fiscais e desenvolvimento econômico, para a Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz).



O presidente do Corecon Francisco Mourão Júnior mostra a ação que deu entrada nesta quarta-feira (Foto: Divulgação/Corecon)

De acordo com o presidente do Corecon, Francisco Mourão Júnior, essa mudança do governo é uma temeridade legal, primeiro por rasgar a Constituição Estadual, no seu Artigo 27, Incisos 4 e 6, desconsiderando o que compete ao Poder Legislativo, além de desmerecer a Assembleia Legislativa do Estado (ALE).

Para Mourão Filho, o ato do governo põe em risco o desenvolvimento econômico do Estado, na hora em que coloca numa mesma secretaria para gerir e conceder os incentivos fiscais indutor do desenvolvimento regional e as empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM), sendo que a natureza das atividades da Sefaz está direcionada para fiscalização tributária e de arrecadação.

“Entendemos que a gestão dos incentivos tenderá a função de menor importância dentro dessa Secretaria, o que acarretará impacto negativo às ações, programas e projetos de desenvolvimento, diminuindo sobremaneira a economia estadual. Além disso, o órgão que concede os incentivos fiscais não pode ser o mesmo que vai fiscalizar, tributar e arrecadar”, diz o presidente, acrescentando que “a sociedade amazonense e os economistas não concordam com essas decisões equivocadas de um governo de mandato tampão, que pode comprometer o futuro econômico do Amazonas”.

---

***“A sociedade amazonense e os economistas não concordam com essas decisões equivocadas de um governo de mandato tampão, que pode comprometer o futuro econômico do Amazonas”, diz o presidente do Corecon, Francisco Mourão Júnior.***

O Corecon aponta que o Decreto Estadual altera a Lei nº 2.826/2003, que regulamenta a política estadual de incentivos fiscais e extrafiscais, conforme prevê a Constituição do Estado. A Seplancti tem como missão desenvolver o sistema estadual de planejamento e coordenar as políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico do Amazonas. A entidade cita que o Artigo 5º dessa legislação determina que a empresa interessada requeira os incentivos, por meio da Secretaria de Planejamento, devendo seu pleito estar fundamentado em projeto técnico-econômico que demonstre a viabilidade do empreendimento.

O Decreto nº 38.859/2018 retira da Seplancti e transfere para a Sefaz o Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (Codam), a Secretaria Geral do Conselho de Desenvolvimento, a Secretaria Executiva de Incentivos Fiscais, o Departamento de Controle de Incentivos, a Gerência de Projetos e Incentivos, a Gerência de Inspeção de Empresas Incentivadas e a Gerência de Processos Especiais de Incentivos.

**JORNAL DO COMMERCIO – ECONOMIA – A5 – 19 DE ABRIL DE 2018**

## Inflação do aluguel avança menos no mês de abril

A inflação medida pelo IGP-M (Índice Geral de Preços-Mercado) subiu 0,4% no segundo decêndio de abril (de 21 de março a 10 de abril), um avanço menor 0,19 ponto percentual do que o 0,59% do mesmo período de março. Os dados foram divulgados ontem (18), no Rio de Janeiro, pelo Ibre/FGV (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas). O índice é usado para o reajuste de aluguéis. O aumento foi puxado pela eleva-

ção dos preços ao consumidor e da construção civil, porque os preços no atacado – que responde por 60% do IGP-M – fecharam com forte queda em relação a igual período de março. Segundo o levantamento do IGP-M, os preços no atacado, medidos pelo IPA (Índice de Preços ao Produtor Amplo), registraram variação de 0,46% no segundo decêndio de abril, resultado 0,37 ponto percentual inferior ao 0,83% do segundo decêndio de março.



Na análise por estágios de processamento, os preços dos Bens Finais subiram em média 0,58% em abril, após alta de 0,41% em março. A taxa de variação do grupo Bens Intermediários cresceu 0,86% em abril. Em março, esse grupo havia acusado elevação de 0,58%. Já a taxa do grupo Matérias-Primas Brutas passou de 1,69% em março para uma deflação de 0,18% em abril. Os dados divulgados pela FGV indicam ainda que o IPC (Índice

de Preços ao Consumidor) subiu 0,15 ponto percentual em relação a igual período de março, passando de 0,12% para 0,27%, entre um decêndio e outro. A principal contribuição partiu do grupo Alimentação, que passou de uma deflação de 0,16% para uma alta de 0,13%. Nesta classe de despesa, o item frutas pulou de 2,49% para 4,53%. Também o INCC (Índice Nacional de Custo da Construção) subiu de 0,2% para 0,37%.



## **Alexandre Lafer Frankel confirma participação no 90º Encontro Nacional da Indústria da Construção (Enic)**



O fundador e CEO da Vitacon S/A, empresa inovadora do setor imobiliário no desenvolvimento e construção de empreendimentos residenciais e comerciais nas melhores regiões de São Paulo, confirmou presença para o 90º Encontro Nacional da Indústria da Construção (Enic). Eleito cidadão sustentável em 2013 e jovem empreendedor do ano em 2014 pelo Lide, Frankel pretende reinventar a vida nas cidades.

Promovido pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), com a realização da Associação dos Sindicatos da Indústria da Construção do Estado de Santa Catarina (Asic-SC), o 90º Enic será realizado de 16 a 18 de maio, no Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira, em Florianópolis (SC).

Os interessados em participar do principal encontro do calendário anual do setor, podem conferir a programação completa no site do evento e efetuar suas inscrições exclusivamente via internet, [clikando aqui](#).

As inscrições antecipadas deverão ser realizadas no site do evento até 11 de maio de 2018. Após essa data, somente no local do evento, e estarão sujeitas a disponibilidade de vagas.

**SEGURO  
DFI SISTEMA  
FINANCEIRO  
SEM FRANQUIA  
E COM AS  
MELHORES**

**MERCADO**

**DFI SISTEMA  
FINANCEIRO**

Seguradora:

**essor**  
seguros

**CBIC – HOJE – 18 DE ABRIL DE 2018**

## **Seminário da CBIC leva debate sobre *Ética & Compliance* na construção a empresariado goiano**



*Foto: Silvio Simões*

Após passar por 15 cidades, a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) e o Sesi Nacional promoveram, em Goiânia (GO), o *Seminário Ética & Compliance para uma*



*Gestão Eficaz.* O evento foi realizado pelo Sindicato da Indústria da Construção do Estado de Goiás (Sinduscon-GO) na manhã desta quarta-feira, 18 de abril, reunindo cerca de 70 pessoas entre empresários e dirigentes do setor, autoridades e integrantes do Judiciário local. A fim de instrumentalizar a gestão de *compliance* nas organizações, dentre os tópicos abordados estavam as publicações da CBIC e os primeiros passos para se implantar um programa de *compliance*.

Elson Ribeiro e Póvoa, vice-presidente da CBIC, comentou sobre o trabalho feito pela entidade, há mais de 25 anos, a favor da ética e contra a corrupção na construção – desde a criação do Código de Ética, em 1992, até os recentes *Guia de Ética & Compliance* e *Código de Conduta Concorrencial*, lançados em 2016. “É importante que todos compreendam a importância desse grande programa que estamos desenvolvendo. É algo sem volta. Hoje quem não tiver *compliance* na sua empresa terá grandes problemas de contratação no Brasil e por empresas multinacionais”, alertou.

Para apresentar o citado guia, o cientista político Leonardo Barreto, consultor da CBIC, começou falando sobre a importância da reputação e da integridade como diferencial no ambiente de negócios. “Essa questão não é coisa de advogado apenas, de administrador apenas, e não é coisa de empresa grande apenas. Pelo contrário”, ressaltou. “Na verdade, é você se preocupar com a gestão da reputação dentro da sua empresa. Definir quais são os valores e as práticas que você quer cultivar, mapear os riscos e colocar isso dentro de um plano estratégico de trabalho”.

“Já não é mais uma tendência de mercado, o *compliance* é uma realidade, uma necessidade”, afirmou também a advogada Karine Eslar, gerente de *compliance* da Potência Medições S.A, que foi responsável por expor como se dá a implantação dessas regras nas organizações. Dentre as etapas necessárias, estão a criação de mapas de risco, código de conduta e políticas para as áreas mais vulneráveis da empresa; treinamento de colaboradores; comunicação forte; auditorias e monitoramentos. “Só isso vai trazer uma mudança de cultura, de mentalidade”, sinalizou.

Ainda no seminário, o subprocurador geral aposentado do Ministério Público do Trabalho do Estado de Goiás (MPT-GO), Edson Braz da Silva, focou sua palestra no comportamento das pessoas. “Ética e honestidade devem estar presentes nas empresas e ser praticadas pelos empreendedores e todo seu corpo funcional nas relações internas e, externamente, nos negócios da empresa com seus clientes, fornecedores, órgãos públicos e na sua inserção na sociedade”, disse.

Por sua vez, a superintendente de Transparência Pública da Controladoria Geral do Estado de Goiás (CGE-GO), Maria D’Abadia Brandão, discursou sobre controle interno e transparência pública. A dirigente explicou a metodologia e os resultados da ferramenta de gestão “Identificação Preventiva de Riscos em Procedimentos (IPR)”, que, desde 2012, é aplicada em todos os órgãos da administração pública local para prevenção da corrupção no estado.

Dando um panorama do cenário atual, a ministra aposentada do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Eliana Calmon, falou sobre os problemas de imagem do setor e o clamor da população por ética, combate à corrupção e seriedade do Poder Público. “Não está sendo fácil o trabalho de desconstrução – e não será fácil –, para depois haver a construção. E nesse trabalho temos avanços e recuos”, observou. Transparência, sinceridade e verdade seriam ingredientes desejados na vida em sociedade. A jurista esclareceu ainda sobre a legislação brasileira, destacando a Lei Anticorrupção Empresarial, que trouxe “três grandes instrumentos”: a colaboração premiada, o acordo de leniência e as regras de *compliance*. No entanto, segundo a magistrada, o *compliance* não depende da instalação de regras, “é preciso que se examine comportamentos. Aí, sim, é possível dizer se há resultados”.

Anfitrião do evento, o presidente do Sinduscon-GO, Eduardo Bilemjan Filho, reforçou o compromisso da entidade e do setor da construção no estado com os princípios éticos e de *compliance*: “A partir desse evento, assumimos o compromisso de atuar junto a nossas empresas e sociedade para combater a tão nociva prática da corrupção. Estamos prontos a enfrentar e contribuir para a necessária e tardia transformação do País”.

**CBIC – HOJE – 18 DE ABRIL DE 2018**

## **Combate à informalidade é tema de palestra**







*Foto: PH Freitas/CBIC*

Incentivo à formalidade na construção civil. Foi esse o tema da palestra ministrada no Sinduscon-DF pelo engenheiro Wladimir Mazzolla Moraes. Ele é vice-presidente de Políticas e Relações do Trabalho do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Paraná (Sinduscon-PR) e coordenador do Comitê Diretor do Programa de Incentivo à Formalidade na Construção. "Essa é uma iniciativa que deu certo no Paraná e, com o apoio da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), estamos disseminando as boas práticas para outras cidades", disse Moraes.

Brasília é a terceira capital que recebe a palestra, depois de São Luís (MA) e Maceió (AL). A ideia é fruto de um convênio de cooperação técnica, assinado pelo Sinduscon-PR e outras entidades públicas e privadas locais, em 2001. Posteriormente, o comitê foi abraçado pela CBIC para contribuir com a conscientização dos empresários, a fim de combater a informalidade no setor em outras regiões pelo país.

O presidente da Diretoria de Políticas e Relações Trabalhistas do Sinduscon-DF, Izidio Santos, falou sobre a necessidade de aprimorar os processos, quando se trata de contratação e formalização de mão de obra. "Estamos aqui para aprender com um modelo que deu certo. Vamos buscar formas de utilizar essa experiência dentro da nossa realidade", falou.

No Paraná, desde a criação do Comitê, a formalização no setor cresce 20% ao ano. Ainda assim, há muito o que se fazer, de acordo com Moraes. "É preciso que haja uma mudança, porque ainda aceitamos um modelo de sociedade em que a informalidade fez parte da vida de todos por muitos anos", explica.

Para o presidente do Sindicato dos Trabalhadores (Sticombe), Raimundo Salvador, esse tipo de debate reforça os esforços do DF em atuar da mesma forma no combate ao tema. "É de suma importância a preocupação dos empresários em combater a informalidade. No Distrito Federal, juntamente com os órgãos ligados à construção, estamos caminhando para criar um modelo de gestão que possa combatê-la", falou Salvador.

Na construção civil, mais da metade da mão de obra não tem carteira assinada, de acordo com o palestrante. Com isso, esses trabalhadores ficam desprotegidos, quando se tratam de questões relacionadas à previdência e aos direitos trabalhistas. Outro fator apresentado refere-se dos setores que mais lidam com o problema. A construção é o quarto no *ranking*, atrás de comércio varejista; serviços de alojamento; comércio e administração de imóveis.

O vice-presidente Administrativo-Financeiro do Sinduscon-DF e presidente da Comat/CBIC, Dionyzio Klavdianos, ressaltou que o número de informalidade tem a ver com a crise que atingiu o país nos últimos anos. Ele reforçou a necessidade de adoção de práticas como esta, realizada no Paraná. "As pessoas precisam continuar a sobreviver. Se não tem emprego formal, elas vão ter que trabalhar na informalidade. Esse debate é importante, porque traz o problema para o centro das discussões", disse.

A palestra foi realizada pela CBIC, em conjunto com o Sesi Nacional, Sinduscon-DF e Sinduscon-PR, e contou com a participação de representantes dos empresários, trabalhadores e governo.

---

# MAIS NOTÍCIAS

Surgiu

[Pacaembu Construtora utiliza software colaborativo para gerir obras do programa Minha Casa, Minha Vida](#)

Diário do Nordeste

[Premiação reconhece hoje destaques do setor imobiliário](#)

NewsRondonia

[Anúncio de redução de taxa de juros pela Caixa dá novo fôlego ao mercado imobiliário](#)

SEGS

[Cartilha de Registros Imobiliários está disponível na livraria do Sinduscon-MG](#)

Diário do Comércio

[Arcelor lança kits para construção de casas](#)